

Políticos agem com cautela no caso do grampo

PT evita pedir abertura de processo contra ACM

NELSON BREVE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

BRASÍLIA – Todos querem ver o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) longe do Senado, mas ninguém quer ser apontado como seu algoz. Essa é a questão por trás do melindre da elite política no caso da espionagem ilegal montada a partir da Secretaria de Segurança Pública da Bahia.

Pensando na governabilidade, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não quer ter ACM como inimigo. Os conselheiros instalados no Palácio do Planalto querem que o assunto seja tratado sem muita agitação – para evitar a contaminação do ambiente político, que seria nociva às reformas.

Por outro lado, os indícios de que ACM teria sido o mentor dos grampos ilegais deixam o governo sem condições de mobilizar com sucesso uma operação de salvamento. Até porque, políticos baianos vinculados ao governo, como o ministro do Trabalho, Jaques Wagner, o controlador-geral da República, Waldir Pires, e o líder do PT na Câmara, Nelson Pellegrino, não aceitariam.

– Não vamos colocar panos quentes, mas temos que ter cautela para não deixar nenhum buraco. O processo tem que estar bem calçado – diz o presidente do PT, José Genoino, para justificar a estratégia discreta do partido, que não quis apresentar uma representação pedindo a abertura de processo de cassação contra ACM.

O partido preferiu um caminho indireto. Solicitou uma investigação preliminar, transferindo o ônus para o presidente do Conselho de Ética do Senado, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS). A estratégia apressa o processo, mas pode ajudar Antonio Carlos Magalhães.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) lembra que, em casos anteriores, investigações preliminares beneficiaram denunciados por delitos cometidos antes do exercício do mandato.

– A jurisprudência do Conselho de Ética é no sentido de que atos cometidos fora do mandato não constituem motivo para abertura de processo de cassação – observa.

Fonseca poderia ter indicado um relator para o caso e

transferido a responsabilidade. Preferiu fazer uma consulta enviesada ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que desconheceu sua responsabilidade no assunto.

A rigor, um processo de cassação pode ser iniciado pelo presidente do Senado, pelo presidente do Conselho de Ética ou pelo presidente de um partido político com representante no Congresso. Todos estão abrindo mão da

Assessores de Lula querem ver o assunto tratado sem agitação

responsabilidade no caso de ACM, que ganha tempo para estudar a melhor maneira de contornar o problema com a menor perda política possível.

Para isso, tem como aliada a desestruturação do Conselho de Ética. Dos 31 integrantes do colegiado, eleitos em junho de 2001, apenas cinco titulares e cinco suplentes estão no exercício do mandato. Para evitar deliberação, basta a ausência de dois.

A Mesa do Senado está tentando realizar uma eleição a toque de caixa, mas vai precisar da colaboração dos líderes partidários.